



ESTADUAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO CEDUC II
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

IVANDRO COSTA

**FUNDAMENTOS DO LIVRE-ARBÍTRIO PARA A
COMPREENSÃO DE LIBERDADE DE AGOSTINHO**

CAMPINA GRANDE – PB
2011

IVANDRO COSTA

FUNDAMENTOS DO LIVRE-ARBÍTRIO PARA A COMPREENSÃO DE LIBERDADE DE AGOSTINHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria Simone Marinho Nogueira

CAMPINA GRANDE – PB
2011

C837f Costa, Ivandro.
Fundamentos do livre-arbítrio para a compreensão de
liberdade de agostinho. [manuscrito]: /Ivandro Costa. –
2011.

18 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) –
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira,
Departamento de Filosofia”.

1. Pensamento Filosófico 2. Livre-arbítrio 3. Santo Agostinho I. Título.


21. ed. CDD 153.42


IVANDRO COSTA

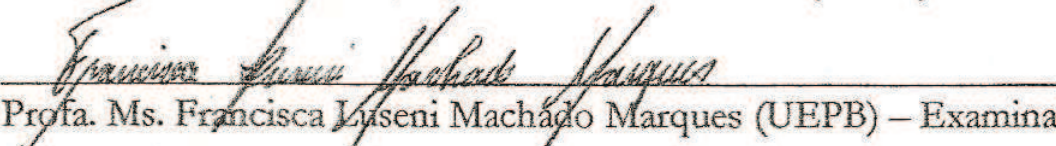
FUNDAMENTOS DO LIVRE-ARBÍTRIO PARA A COMPREENSÃO DE LIBERDADE DE AGOSTINHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Filosofia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Licenciatura em Filosofia.

Aprovada em / /2011.


Prof.^a. Dr.^a. Maria Simone Marinho Nogueira (UEPB) – Orientadora


Prof. Prof. Ms. Francisco Diniz de Andrade Meira (UEPB) - Examinador


Profa. Ms. Francisca Luseni Machado Marques (UEPB) – Examinadora

FUNDAMENTOS DO LIVRE-ARBÍTRIO PARA A COMPREENSÃO DE LIBERDADE DE AGOSTINHO

Ivandro Costa¹

RESUMO: Este artigo apresenta dos fundamentos de livre-arbítrio no pensamento de Santo Agostinho, para estabelecer a compreensão de liberdade, uma vez que todo ser humano busca ser livre. Ter-se-á o propósito de interpretar o conceito de livre-arbítrio, baseado na obra “O Livre-arbítrio”, de Santo Agostinho, que se apresenta dividida em três livros, intitulados: Se o pecado provém do livre-arbítrio; a prova da existência de Deus revela-o como fonte de todo o bem. Deus não é autor do mal, mas do livre-arbítrio que é um bem, e louvor a Deus pela ordem universal, da qual o livre-arbítrio é um elemento positivo, ainda que sujeito ao pecado. Para Agostinho, a verdadeira felicidade está em aceitar a graça de Deus. O poder de escolha (livre-arbítrio) ainda não é liberdade. A liberdade está em ter vontade de voltar-se para o bem. O livre-arbítrio nos condiciona a seguir ou não a vontade de Deus, porém só será livre, quem optar, mediante sua ajuda divina, fazer a vontade de Deus.

Palavras – chave: Liberdade; Livre-arbítrio; Bem; Pecado; Vontade; Graça; Deus

1 INTRODUÇÃO

A obra, Livre-Arbítrio foi escrita por Santo Agostinho², mediante sua conversão ao cristianismo, adotando-o como doutrina. Após sua conversão, em Milão, no ano 386, Agostinho permaneceu por alguns meses em uma chácara com sua mãe³, familiares e alguns discípulos, dedicando-se aos trabalhos campestres e reflexões filosóficas.

Pensava em retornar a sua terra natal, Tagaste, na África do Norte, para consagrar-se a uma vida de estudo e oração, como monge. É em Óstia que

Agostinho, cita Evódio, o interlocutor do livro *O Livre Arbítrio*, desenvolvendo-se futuramente o diálogo desta obra-prima.

Vindo à Milão em serviço oficial, Evódio, conterrâneo de Agostinho, conhece a verdade do cristianismo, sendo o mesmo batizado.

“O mesmo inicia uma boa e pura amizade com Agostinho, o qual se dedica de alma e coração ao dar-se nesse novo e brilhante ideal de vida.”⁴ Com este encontro, surge também uma mudança de planos com relação a sua viagem, e vai temporariamente para Roma, iniciando a obra *O Livre-Arbítrio*, na qual, finaliza-se em 391, na cidade de Hipona, na África. Assim, a obra *O Livre-Arbítrio* é de Agostinho, o “último dos diálogos filosóficos do mesmo, como também um dos mais conhecidos.”⁵

A obra *O Livre-Arbítrio* foi escrita em forma de diálogo⁶, que acontece entre Agostinho e Evódio; tratando sobre a vontade livre do homem e a origem do mal⁷. Agostinho, também fala sobre outros temas, essencialmente, aborda o *Livre-Arbítrio*⁸, como sendo um bem concedido por Deus e a liberdade como estando ligada em agir bem para aceitar o bem.

O *Livre-Arbítrio* de Santo Agostinho é dividido em três livros, intitulados: O pecado provém do *Livre-Arbítrio*; A prova da existência de Deus revela-o como fonte de todo bem. Deus não é autor do mal, mas do livre arbítrio, que é um bem; e o Louvor a Deus pela ordem universal, da qual o *Livre-Arbítrio* é um elemento positivo, ainda que sujeito ao pecado.

2- O PECADO PROVÉM DO LIVRE-ARBÍTRIO.

No livro I, da obra *O Livre-Arbítrio*, Agostinho e Evódio comentam a vontade livre existente no homem e que essa vontade procede da graça (dom que vem de Deus). Agostinho, porém pergunta algo concernente à autoria do mal⁹, se por acaso seria da autoria de Deus. Nesta parte do diálogo, ambos chegam a conclusão de que Deus não é o autor do mal, mas o homem desenvolve este “mal” através do livre-arbítrio. “Agostinho sustenta que, o *Livre-Arbítrio* significa ter acesso ao poder de decisão ou opção¹⁰”, porém, o mal não vem de Deus, mas sim do poder de escolha que o homem exerce através de sua vontade.

Poderia-se dizer: já que Deus nos deu o livre-arbítrio, então podemos pecar, com isto, sendo Deus o autor do mal? Agostinho vai dizer que não, pois o mesmo

diz que Deus sendo o criador de tudo, só fez coisas boas, e viu que tudo era bom¹¹. Com isso, se Deus tivesse criado o mal até o mal seria bom. Para Agostinho, a causa do mal deve ser procurada no homem, em seu interior. Não podemos colocar em Deus o poder de nossas decisões. Se procederes bem, não é certo que serás aceito? Se, todavia, proceder mal, eis que o pecado jaz à porta; o seu desejo será contra ti, mas a ti cumpre dominá-lo. (Gn.4:7)¹²

Já que o mal não vem de Deus, e o livre-arbítrio é um bem, pois vem de Deus, então passa-se a busca pela causa do pecado. A questão diz respeito a vontade, pois dela vem a escolha. Conforme o capítulo X do livro I, Agostinho relata o domínio da mente sobre as paixões e que a virtude está acima de qualquer vício; também diz que nada coloca a mente como escrava das paixões, senão a própria vontade e o seu poder de decisão (livre-arbítrio). Deus, em sua supremacia e virtude excelsa, não constrangeria a mente humana a ser escrava das paixões. Com isso, nada tornaria a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade.

Observamos que a vontade é soberana, no tocante a decisões, é dom de si. Com isso, atribuímos o ato mal a mesma. Para Agostinho, a vontade (boa) nos leva a vivermos em retidão e honestidade, levando-nos a alcançar a sabedoria. Esta consiste no reino da lei eterna em nós, e é através dela que alcançamos o domínio das tendências tidas como inferiores. Desta forma, a vontade (boa) diz respeito a vivência das virtudes. E esta é o hábito do bem, ou seja, a disposição estruturada para agir bem, tocando a vontade do agente corporal. Assim, a razão é superior à vontade, então, pela razão correta, podemos agir beneficentemente. Desta forma, o agir bem traz a felicidade e todos buscam por ela, mas por que nem todos fazemos uso do livre-arbítrio?

Assim, pois, quando falamos que os homens são importantes, por vontade própria, não falamos por eles quererem ser, mas por estarem possuídos duma vontade a que segue-se involuntariamente a desventura, mesmo a contra vontade. Sendo assim, à conclusão: todos querem ser felizes, mas sem poder sê-lo. Pois nem todos querem viver com retidão, e é só com essa boa vontade que tem o direito à vida feliz¹³.

Sendo assim, perguntamos: o que significa fazer uso da vontade? Significa escolher coisas más? Mas se tudo que Deus criou é bom, podem existir coisas más? Claro que não, as coisas em si não são más, mas o uso que fazemos delas as tornam más. Diz Agostinho:

Visto que assim é, crês que seria preciso condenar o outro e a prata por causa dos avaros; ou o encanto das mulheres por causa dos libertinos e dos adúlteros, e assim em relação a tudo mais? Especialmente quando poder ver um médico fazer bom uso do fogo e um envenenador, uso criminoso até do pão.

Evódio – Isso é bem verdade, não se pode considerar as coisas por elas mesmas, mas sim os homens que podem fazer mau uso delas.¹⁴

Deste modo, a definição da essência do pecado mostra que procede do livre-arbítrio. Assim sendo, o mal moral (pecado), más ações vêm da vontade mal (livre-arbítrio), e esse mal consiste no afastamento das coisas divinas (Deus) e duráveis. Portanto, fica definido no primeiro livro que o mal não vem de Deus, mas da vontade má (livre-arbítrio) quando se faz uso do mesmo.

3- DEUS NÃO É AUTOR DO MAL, MAS DO LIVRE-ARBÍTRIO QUE É UM BEM.

Evódio inicia o segundo livro dizendo: “O quanto me parece ter compreendido no livro anterior, é que nós só possuímos o livre-arbítrio da vontade, mas acontece ainda que é unicamente por ele que pecamos”¹⁵. Agostinho acredita que o livre-arbítrio é um bem, onde o mesmo só pode vir de Deus, pois Deus é a fonte de todo o bem.

Então, se é por esta liberdade (livre-arbítrio) que vem o pecado ao homem, e sendo o pecado um mal, surgem dois problemas: Primeiro, se o que Agostinho defende como bem, realmente é; segundo, se é por essa capacidade dada por Deus que o homem peca, será que a mesma realmente foi dada por Deus, já que Deus é a fonte de todo o bem e não do mal?

Querendo constatar a veracidade da existência de Deus, Agostinho busca crer para entender e entender para crer, ou seja, busca uma espécie de fusão entre fé e razão para dar conta da veracidade: “Se crer não fosse uma coisa e compreender outra, e se não devêssemos, primeiramente, crer nas sublimes e divinas verdades que desejamos compreender, seria em vão que o profeta teria dito: ‘se não o credes não entenderéis’ (Is.7:9)”¹⁶

Agostinho defende fundamentalmente que o livre-arbítrio é um bem concedido por Deus. Isso o levará a provar a existência de Deus. Com isto, Agostinho investigará o homem, pois o mesmo é o canal que o levará a tal prova.

Agostinho em sua busca para provar a existência de Deus faz uso de três realidades: o existir, o viver e o entender. Sendo das três, o entender o mais excelente. Assim, Agostinho se expressa: “E admitimos, igualmente, que a melhor das três é a que só o homem possui, juntamente com as duas outras, isto é, a inteligência, que supõe nela o existir e o viver.”¹⁷

Agostinho acredita que o caminho mais fácil é partir do homem, pelo mesmo ser a criatura mais completa, e através do mais completo, chega-se ao criador perfeito. Usando este sentido, o pensamento de Agostinho segue a uma escala de valores ascendente: sentidos exteriores, interiores e razão¹⁸. Os exteriores captam os sentidos exteriores; os interiores direcionam os sentidos exteriores; e a razão, que assimila, processa¹⁹ as informações absorvidas e transforma em conhecimento.

Para Agostinho, a razão é o que há de mais importante e sublime na natureza. Porém, segundo Agostinho, existem verdades que estão acima da razão: os números e a sabedoria. “Portanto, as leis dos números são imutáveis e verdadeiras, pois as mesmas se apresentam de modos universais a todos os que as consideram, e são igualmente verdadeiras e imutáveis as regras da sabedoria.”²⁰ Para Agostinho, o número e a sabedoria são verdades únicas e imutáveis, com isso ele mostra que existe uma verdade suprema e absoluta, da qual provém outras verdades. Essa verdade é Deus, de onde vem o livre-arbítrio do homem. Agostinho cita:

Eis no que consiste a nossa liberdade: estarmos submetidos a essa verdade. É ela o nosso mesmo Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição de pecado. Pois a própria verdade que se fez no homem, conversando com os homens, disse àqueles que nela acreditavam: ‘Se permanecerdes na minha palavra sereis em verdade, meus discípulos e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’ (Jo.8:31-32).²¹

Assim, com este argumento, Agostinho ver a prova da existência de Deus:

Deus, pois, existe! Ele é a realidade verdadeira e suma, acima de tudo. E eu jugo que essa verdade não somente é objeto inabalável de nossa fé, mas que nós chegamos a ela, pela razão, como sendo uma verdade certíssima, ainda que sua visão não nos seja muito profunda, pelo conhecimento.²²

Agostinho afirma que todo tipo de bem vem de Deus: “[...] Todos os bens sejam eles quais forem, do maior ao menor, não procedem se não de Deus”.²³ Mas se tudo o que provém de Deus é um bem, como pode o livre-arbítrio ser um bem se é pela condição dele que o homem peca? Agostinho diz:

Ora, essas duas verdades: Deus existe e que todos os bens vêm dele, nós já admitimos com fé inabalável. Entretanto, nós a expusemos de tal forma que a terceira verdade também se torna plenamente evidente, a saber: que a vontade livre deve ser contada entre os bens recebidos de Deus.²⁴

Para Agostinho, o livre-arbítrio é um bem, porque é através dele que o homem tem a capacidade de escolher fazer o bem voluntariamente, ficando o mesmo espiritualmente mais próximo de Deus. Porém existe um questionamento: sendo o livre-arbítrio o que leva o homem a ter a escolha de pecar, e sendo ele proveniente de Deus, então é Deus a causa do pecado?²⁵

Assim, o enigma continua: “explica-me agora, se é possível a razão por que Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio da vontade, pois que se ele o não recebesse, não seria pecar²⁶”. Firmando-se nessa base, como é possível que Deus, criador de tudo e somente do bem iria conceder ao homem, a coroa da sua criação²⁷ algo que o levasse a fazer o mal e conseqüentemente não ter uma vida venturosa?

Se o homem é bem, e o quisesse proceder virtuosamente, teria que possuir vontade livre, sem a mesma não se poderia agir virtuosamente. Pelo fato de que pela vontade livre se peca, não se deve pensar que foi para isso que Deus a deu. Existem argumentos para que o homem a receba, pois, sem ela o homem não pode proceder virtuosamente. Ora, se for dado a vontade livre para o pecar, recairá sobre esta pessoa o castigo de Deus. Neste caso, seria injusto da parte de Deus conceder a vontade livre para o pecar, pois assim o homem não viveria virtuosamente.

Dentro dessa visão, Agostinho argumenta o seguinte: como se cobraria justamente a quem pecou, se o mesmo apenas usou da vontade que lhe foi dada? Quando Deus pune quem peca, que coisa parece Deus dizer, senão:

Porque é que não usaste da vontade livre para o fim para que eu te dei, isto é, para proceder honestamente? Por outro lado, como existiria essa bondade, com que a mesma justiça se enaltece ao condenar os pecados, e dignificar as boas ações, se o homem estivesse privado do livre arbítrio da vontade? Com efeito, o que não se faria por própria vontade livre, tanto seria injusto o castigo como o prêmio. Ora, não podia deixar de haver justiça, tanto na pena como no prêmio, pois esse é um dos bens que procedem de Deus. Deus devia, pois dar ao homem a vontade livre.²⁸

Neste livro, argumenta-se por parte de Agostinho, a prova da existência de Deus, o mesmo confirma que o livre-arbítrio é dom de Deus. Após provar a existência de Deus, Agostinho e Evódio constroem fundamentos com relação ao livre-arbítrio ser um bem, e por isso, vem de Deus e esse tipo de bem é o livre-arbítrio. A conclusão é que o livre-arbítrio é um bem mediano, passivo a escolha entre um bem superior, tornando-o venturoso, ou um bem inferior que certamente levará à desventuras.

4- LOUVOR A DEUS PELA ORDEM UNIVERSAL, DA QUAL O LIVRE-ARBÍTRIO É UM ELEMENTO POSITIVO.

No terceiro livro da obra O Livre-Arbítrio, existe uma finalidade de encontrar o verdadeiro motivo do afastamento do homem com relação a Deus. Assim, Evódio busca encontrar respostas claras quanto ao impulso existente no homem para uma vontade de afastar-se do bem.

Com relação a isto, Agostinho insiste que a vontade pode nos levar a pecar, conforme o desejo de busca pelos prazeres do corpo; mesmo assim, esse desejo pode ser controlado²⁹. Evódio admite:

Quanto ao impulso da vontade para os bens superiores, nem deveria ser inculcado quando se volta para os bens inferiores. Semelhantemente, não deveria ser de modo nenhum exortado a querer bem-viver. Ora, se alguém acha que o homem não deve ser exortado a isso, merece ser relegado do numero dos homens.³⁰

Evódio diz que na prova da existência de Deus, ficou comprovado que Deus é onisciente, conhece tudo antecipadamente. Deste modo, como posso ser livre para escolher, se Deus de tudo já sabe o que vai acontecer? Sobre isso, comenta Costa:

[...] Se Deus conhece antecipadamente todas as coisas futuras, ou se acontece necessariamente o que ele prevê, como pode o homem ser verdadeiramente livre, se tudo quanto ele faz, Deus já sabia de antemão que havia de fazer? Não seria o homem um ser programado a fazer necessariamente o que Deus sabia que haveria de fazer? Nesse caso o homem não é responsável pelos seus pecados, já que Deus sabia que o primeiro homem havia de pecar.³¹

Agostinho diz que não existe contradição entre a presciência e a liberdade, pois apenas Deus sabe que a pessoa irá fazer, porém ele não interfere, não tirando assim a liberdade de optar. Se alguém for fazer o bem ou o mal, isto é conhecido antecipadamente, mas isso não significa que esse alguém não tenha a possibilidade de escolha. Agostinho esclarece: “Tu conheces pela tua presciência o que outrem vai fazer por sua própria vontade, assim Deus, não forçando ninguém a pecar, prevê, contudo os que por sua própria vontade vão pecar.”³² Assim, Agostinho conclui que o livre-arbítrio é a única causa do pecado, pois não somos forçados a fazermos o mal, como também é pelo livre-arbítrio que fazemos o bem e somos livres. Porém fica claro que o homem não é predestinado nem para o mal, nem para o bem.³³

5- A COMPREENSÃO DE LIBERDADE, NO PENSAMENTO DE SANTO AGOSTINHO.

A liberdade em Agostinho está em optar por fazer o bem, ou seja, fazendo-se bom uso da vontade se chega à verdade que é Deus. É desta forma que o homem será livre. Deste modo, todas as coisas são bens, sendo Deus criador de todas as coisas e o mesmo sendo justo e bom só poderia ter criado coisas boas. Contudo, existe bens inferiores e bens superiores. Porém, o livre-arbítrio é considerado um bem médio, pois, através do mesmo podemos fazer opção entre os bens inferiores, destacando-se o mal e o afastamento de Deus que é o sumo bem, ou optar pelos bens superiores para se chegar à verdade divina.

Eis no que consiste a nossa liberdade: Estarmos submetidos a essa verdade. É ela o nosso Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição de pecado. Pois a própria verdade que se fez homem, conversando com os homens, disse àqueles que nela acredita: Se permanecerdes na minha palavra sereis verdadeiramente meus discípulos, e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará (Jo. 8: 31,32). Com efeito, nossa alma de nada goza com liberdade se não gozam com segurança.³⁴

Segundo Agostinho, só é possível chegar à liberdade com a ajuda da graça de Deus. O mesmo entende que a disposição que a vontade exerce em agir bem significa graça. Para sermos bons, necessitamos da força da graça divina, e para Agostinho, é só em Deus que seremos verdadeiramente livres, e conseqüentemente

através da liberdade, vem a felicidade. A felicidade vem no permanecer com Deus, e para tal, a graça é indispensável.³⁵

Nesse mesmo sentido, mas enfatizando ainda mais a importância da graça para alcançar a verdadeira liberdade, afirma Gilson:

No estado de decadência em que se encontra, a alma não pode se salvar por suas próprias forças. O homem pode cair espontaneamente, isto é, por seu livre-arbítrio, mas seu livre-arbítrio não lhe basta para tornar a se erguer. É que, então, não se trata mais de um querer; além disso, é preciso poder. O momento decisivo da história pessoal de Agostinho fora a descoberta do pecado de sua incapacidade de reerguer-se sem a graça da redenção e seu sucesso em fazê-lo com esse pecado divino.³⁶

A verdadeira felicidade em Agostinho está em aceitar a graça de Deus. O poder de escolha (livre-arbítrio) ainda não é liberdade. A liberdade está em ter de voltar-se para o bem. O livre-arbítrio nos condiciona a seguir ou não a vontade de Deus, porém só será livre quem optar em fazer a vontade de Deus, mediante a ajuda divina. Desta forma, todas as coisas são bens, sendo Deus criador de todas as coisas, e sendo Ele justo e bom só poderia ter criado coisas boas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Foi comentado, no primeiro momento, que o pecado era proveniente do livre-arbítrio, sendo o livre-arbítrio um dom de Deus. Sendo o pecado um fruto do livre-arbítrio, sendo este o poder de escolha entre o bem e o mal. Porém Deus concedeu essa vontade livre ao homem com a finalidade de demonstrar o seu agir bem.

Demonstrou-se, em um segundo momento, a prova da existência de Deus, sendo o mesmo, fonte de todo o bem. Deus não é autor do mal, mas do livre-arbítrio que é um bem. Deste modo, a investigação de Agostinho tem como fator concreto que o livre-arbítrio é um bem concedido por Deus ao homem.

Mostrou-se, num terceiro momento, o louvor a Deus, pela ordem universal, da qual o livre-arbítrio é um elemento positivo, ainda que sujeito ao pecado.

Observamos, no último ponto, uma síntese sobre a compreensão de liberdade no pensamento de Santo Agostinho. Onde, a verdadeira liberdade é aceitar a graça de Deus. O poder de escolha (livre-arbítrio) ainda não é liberdade. A liberdade se dá somente quando a vontade se volta para o bem. E por último, o livre-arbítrio nos dá a possibilidade de seguir ou não a vontade de Deus, porém, só será livre realmente aquele que, com a ajuda da graça divina, optar por fazer a vontade de Deus.

Portanto, a liberdade em Santo Agostinho, está em escolher (optar) por fazer o bem, ou seja, fazendo bom uso da vontade se chega à verdade que é Deus, só assim o homem será livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Os Pensadores)

_____ **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995. (Os Pensadores)

_____ **O livre Arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo. Paulus, 1995.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**. Revista e Atualizada. 2 ed. S.B.B. São Paulo, 1996.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Consequências da problemática relação entre o livre-arbítrio Humano e a Providência Divina na solução Agostiniana do Mal**. Studium, Recife: v.6, Nº12, p.43-54, Dez/2003.

HAHN, José Carlos. **A divergência entre Agostinho e os maniqueus acerca do problema do mal na obra O livre arbítrio**. Santa Maria, 2007. 65 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Plena em Filosofia) – Faculdade Palotina. Orientação Prof. Rogério Baptistella.

LORENZO, Alvarez et al. **Lexicon**. Dicionário Teológico Enciclopédico. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINS FILHO, Ives Granda da Silva. **Manual esquemático de história da filosofia**. 2.ed. São Paulo: LTr, 2000.

¹ Concluinte do Curso de Licenciatura em Filosofia da UEPB.

² Biografia de Santo Agostinho de Hipona século IV: “Religioso e teólogo cristão. Doutor da Igreja. Sistematizou a doutrina cristã com enfoque neoplatônico. O último dos antigos e o primeiro dos modernos”. Aurélio Agostinho nasceu em Tagaste, atual Suk Ahras, Argélia, em 13 de novembro de 354. Filho de Patrício, homem pagão e de posses, que no final da vida se converteu, e de Mônica, mais tarde canonizada. Agostinho estudou retórica em Cartago, aos 17 anos passou a viver com uma concubina, teve um filho, Adeodato. Lendo o Hortensius, de Cícero, despertou para a filosofia. Aderiu ao manequismo, mas logo se afastou. Em 384 começou a ensinar retórica em Milão, onde conheceu Santo Ambrósio, bispo da cidade. Interessado pelo cristianismo, viveu longo conflito interior, voltou-se para o estudo dos filósofos neoplatônicos, renunciou aos prazeres físicos em 387 foi batizado por Ambrósio, junto com o filho Adeodato. Ordenado padre em Hipona (391), porto do Mediterrâneo, atual Argélia, em 395 tornou-se bispo de Hipona. As obras mais importantes são Da Trindade, sistematização da teologia e filosofia cristãs, divulgada de 400 a 416 em 15 volumes; Da cidade de Deus, divulgada de 413 a 426, onde discute questões do bem e do mal, da vida vida espiritual e material, e a teologia da história; Confissões, autobiografia, divulgada por volta de 400; O Livre-Arbítrio discute sobre o bem e o mal, e trabalhos de polêmica contra as heresias de seu tempo, de catequese e de uso didático, além dos sermões e cartas, interpretando minuciosamente passagens das Escrituras. O ponto de partida é a defesa dos dogmas do cristianismo, principalmente na luta contra os pagãos, com as armas intelectuais disponíveis da filosofia helenístico-romana, em especial dos neoplatônicos como Plotino. O famoso cogito de Descartes (“Penso, logo existo”), em que a evidência do eu resiste a toda dúvida, é genialmente antecipado por santo Agostinho em seu “Se me engano, sou; quem não é não pode enganar-se”. As coisas se originaram em Deus, que a partir do nada as criou. Entre os seres da criação existe uma hierarquia, em que o homem ocupa o segundo lugar, depois dos anjos. Santo Agostinho afirma-se incapaz de solucionar a questão da origem da alma e, embora tão influenciado por Platão, não acha a matéria por si mesma condenável, assim como não encara como castigo a união da alma como corpo. Não seria este, como se disse tanto, a prisão da alma: o que faz do homem prisioneiro da matéria é o pecado, do qual deve liberta-se pela vida moral, pelas virtudes cristãs. O pecado leva o corpo a dominar a alma; a religião, porém é o contrário do pecado, é a

dominação do corpo pela alma, que se orienta livremente para Deus, assistida pela graça. A obra de santo Agostinho, em si mesma imensa, de extraordinária riqueza, antecipa, além disso, o cartesianismo e a filosofia da existência; funda a filosofia da história e domina todo o pensamento ocidental até o século XIII, quando dá lugar ao tomismo e à influência aristotélica.

³ Sua mãe, de nome Mônica, hoje é considerada Santa pela Igreja Católica. Do ponto de vista religioso, a conversão de Agostinho ao cristianismo deve-se à assídua oração de Mônica a Deus pedindo que seu filho se convertesse. Para saber a respeito de Mônica e de sua importância na conversão de Agostinho pesquisar em : AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 94-96/145-147/239-253. Cf.: MACEDO, Welligton Carvalho. O Livre-Arbítrio como um bem e proveniente de Deus de acordo com o livro II da obra o livre-Arbítrio de Santo Agostinho.

⁴ AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. 2. ed. Braga faculdade de filosofia, 1990, p.8.

⁵ Cf.: Id. IBID; p.9.

⁶ “Sobre a elaboração desse diálogo, o próprio Agostinho nos deixou no livro revisões este esclarecimento: Estanciando nós ainda em Roma, resolvemos investigar em diálogos de onde vinha o mal. Fizemo-lo de maneira que, se fosse possível, as provas consideradas e discutidas nos fizessem também chegar, quanto raciocinando e com a ajuda de Deus pudéssemos conseguir, à compreensão racional daquilo que sobre está matéria acreditávamos, por aceitação do testemunho divino. Tornou-se evidente para nós, uma vez ponderadas diligentemente as razões, que o mal não procedia senão do livre arbítrio. Por isso, os três livros a que esse diálogo deu origem foram intitulados – O Livre Arbítrio. Deles, o segundo e o terceiro concluí-os na África, em Hipona, como nessa altura pude, já então ordenado de sacerdote” (Cf.: Id. IBID; p.9/10).

⁷ Em Agostinho a problemática do mal pode ser divididas em três níveis:

*O primeiro é relativo ao mal ontológico, que para Agostinho não existe;

*O segundo é relativo ao mal moral, que para ele é o pecado;

*O terceiro é relativo ao mal físico, que ele caracteriza como sendo as doenças e os sofrimentos, que são consequências do pecado original. (Cf.: MARTINS FILHO, Ives Granda da Silva. **Manual esquemático de história da filosofia**. 2.ed. São Paulo: LTr, 2000.)

⁸ Para Agostinho esse livre-arbítrio não apenas provém de Deus, mas também era necessário que Deus o tivesse concedido ao homem: “[...] era necessário que Deus desse ao homem essa vontade livre”. (Cf.: AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 75. (Os Pensadores))

⁹ AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. 2. ed. Braga faculdade de filosofia, 1990, p. 19

¹⁰ Id. Ibid; p. 14

¹¹ Gn 1,31.

¹² BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**. Revista e Atualizada. 2 ed. S.B.B. São Paulo, 1996.

¹³ AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 62. (Os Pensadores)

¹⁴ Id. Ibid; p.67.

¹⁵ AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 73. (Os Pensadores)

¹⁶ AGOSTINHO, Op. cit. p. 79.

¹⁷ AGOSTINHO, Op. Cit. p. 81.

¹⁸ Razão: Referencial de orientação do homem em todos os campos em que seja possível a indagação ou a investigação. Nesse sentido, dizemos que a razão é uma ‘faculdade’ própria do homem, que o distingue dos animais. (Cf.: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 824.)

¹⁹ É através das ligações feitas pela razão que podemos fazer ciência.

²⁰ AGOSTINHO, Op. cit. p. 113.

²¹ AGOSTINHO, Op. cit. p. 121.

²² AGOSTINHO, Op. cit. p. 126.

²³ AGOSTINHO, Op. cit. p. 133.

²⁴ AGOSTINHO, Op. cit. p. 135.

²⁵ Os maniqueus afirmavam que o mal provinha de Satanás, que para eles é um ser igual a Deus e fonte de todo mal. Agostinho quer contrapor essa idéia, pois, para ele, só há Deus. Não há outras entidades que estejam em igualdade a Deus e que dê movimento ao mal. Nas palavras de Agostinho: “Em, absoluto, o mal não existe nem para Vós nem para as vossas criaturas, pois nenhuma coisa há fora Vós que se revolte ou que desmanche a ordem que lhe estabelecestes.” (AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p.188).

²⁶ Id. Ibid; p. 77.

²⁷ Cf. Gn 1, 26ss

²⁸ AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. 2 ed. Braga faculdade de filosofia, 1990, p. 79/80.

²⁹ Cf. AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. 2 ed. Braga faculdade de filosofia, 1990, p. 166/167/168.

³⁰ Id. Ibid; p. 2-168.

³¹ Costa, Marcos Roberto Nunes. **Conseqüências da problemática relação entre o livre- arbítrio Humano e a Providência Divina na solução Agostiniana do Mal**. Studium, Revista de filosofia, Ano 6. Nº 12. 2003, p. 44.

³² AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. 2 ed. Braga faculdade de filosofia, 1990, p. 179.

³³ Cf. Costa, Marcos Roberto Nunes, 2003, p. 53/54.

³⁴ AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. Tradução de Nair Assis de Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995, p.121.

³⁵ Cf. SCAPIN, Eloi Piovesan. **O conceito de liberdade humana em O Livre Arbítrio de Santo Agostinho**. Santa Maria, 2007. p. 27-33.

³⁶ Id. Ibid; p. 31.